

TCU avalia trabalhos sobre redução de diferença social

A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog) iniciou, na primeira semana do mês de agosto, a realização das avaliações de programas, no âmbito do Projeto de Aperfeiçoamento do Controle Externo, com Foco na Redução da Desigualdade Social (Cerds), desenvolvido pelo TCU com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), desde 1998. As cinco auditorias encontram-se previstas no Plano de Auditoria para o 2º semestre de 2004 e serão concluídas em novembro desse ano. Três avaliações têm como foco ações que compõem o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH): 1ª) Assistência jurídica integral e gratuita; prestação jurisdicional no Distrito Federal; prestação jurisdicional na justiça federal e reforma da justiça brasileira; 2ª)

Sistema único de segurança pública; 3ª) Direitos humanos, direitos de todos; assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas. A realização das auditorias foi autorizada pelo ministro-relator Lincoln Magalhães da Rocha, no TC 019.046/2003 - 9, e teve como origem representação formulada pelo procurador-geral junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado. A Ação Atenção à Saúde Mental, que integra o Programa Atenção à saúde de populações estratégicas e em situações especiais de agravos, sob a gestão do Ministério da Saúde, será objeto de outra avaliação, conforme autorizado pelo ministro-relator Lincoln Magalhães da Rocha no TC - 003.584/2004-4. O Programa Banco de Alimentos, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, também estará sendo avaliado, conforme autorização proferida pelo ministro-relator Ubiratan Aguiar no

TC - 004.046/2004-0. As equipes de auditoria são formadas por servidores lotados nas seguintes Secretarias: : PE, RS, RN, GO, AL, AM, PB, RR, SE, além de Secretarias da Sede - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, Adfis e Seprog. Anualmente, são selecionados servidores, mediante processo coordenado pelo ISC, para integrarem as equipes responsáveis pelas auditorias realizadas no âmbito do Projeto Cerds. Cada participante permanece por dois anos no Projeto. Esse ano, o Projeto Cerds traz uma novidade, a participação de representantes dos TCE dos estados de PE e BA, parceiros do Projeto, que estarão acompanhando os trabalhos de auditoria, em todas as suas fases, com o intuito de conhecer a metodologia adotada pelo TCU e poder repassá-la aos colegas, que estarão realizando auditorias nessa modalidade até 2006.

(A Gazeta - 27/8)



Presidente do TCU defende integração de controle interno e externo de órgãos públicos

Cecília Jorge

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, defendeu a integração dos controles interno e externo dos órgãos públicos. “A estrutura das organizações oficiais, a exemplo do que ocorre no setor privado, deve estar sempre aberta para se adaptar a essas mudanças, propiciando um salto qualitativo para o milênio que se inicia”, disse.

A afirmação foi feita na abertura do “Diálogo Público” que debate, nesta quinta-feira, os mecanismos de controle do Poder Judiciário. O evento, promovido pelo TCU, busca a troca de informações e experiências entre os órgãos do Judiciário e a interação com a sociedade. O objetivo é a modernização da justiça do país.

(Agência Brasil - 9/9)